

Nota  
de  
Boas  
Práticas

Quadro Ambiental e  
Social para Operações  
de Financiamento de  
Projetos de  
Investimento

**Monitorização por  
Terceiros**

Primeira edição  
Publicada em junho de 2018

Afshan Khawaja (OPSES) e Anne-Katrin Arnold (OPSES) lideraram a elaboração geral desta Nota de Boas Práticas, com uma equipe formada por Leila Chennoufi (Consultora de Sustentabilidade e Meio Ambiente), Elizabeth Smith (OPSES) e Colin Scott (OPSES).

# Siglas e abreviaturas

<b>AID</b>	Associação Internacional de Desenvolvimento
<b>BIRD</b>	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BPIS</b>	Boas Práticas Internacionais do Setor
<b>DASS</b>	Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial
<b>FCV</b>	Fragilidade, Conflito e Violência
<b>FPI</b>	Financiamento de Projetos de Investimento
<b>MPT</b>	Monitorização por Terceiros
<b>NAS</b>	Norma Ambiental e Social
<b>NBP</b>	Notas de Boas Práticas
<b>ONG</b>	Organização não Governamental
<b>OSC</b>	Organização da Sociedade Civil
<b>PAR</b>	Plano de Ação de Reassentamento
<b>PAS</b>	Política Ambiental e Social
<b>PCAS</b>	Plano de Compromisso Ambiental e Social
<b>PEPI</b>	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
<b>PGAS</b>	Plano de Gestão Ambiental e Social
<b>QAS</b>	Quadro Ambiental e Social
<b>SSO</b>	Saúde e Segurança Ocupacional
<b>TR</b>	Termos de Referência
<b>UIP</b>	Unidade de Implementação do Projeto

<b>Perito/especialista:</b>	Uma pessoa ou empresa com a combinação necessária de qualificações, estudo e experiência para investigar, avaliar, resumir e fazer recomendações sobre um determinado tópico ou âmbito de trabalho. Uma equipe de peritos ou especialistas deve ser formada por pessoas familiarizadas com o contexto local, bem como por indivíduos que conheçam os requisitos do Banco Mundial.
<b>Perito/especialista independente:</b>	Uma pessoa ou empresa perita ou especialista capaz de prestar assessoria profissional, objetiva e imparcial, sem considerar a possibilidade de futuros trabalhos e evitando conflitos com outros serviços ou com os seus próprios interesses comerciais ou pessoais. Essa independência favorece a objetividade da avaliação ambiental e social, a despeito de interesses particulares e de motivos que possam influenciar o resultado da avaliação. Em determinadas circunstâncias em que o especialista esteve envolvido na preparação, concepção e implementação do projeto (por exemplo, em estudos de viabilidade iniciais), ele ainda pode se envolver na avaliação caso o mutuário possa demonstrar, de maneira satisfatória para o Banco, que não há conflito de interesses e que o envolvimento desse especialista beneficiaria a avaliação.
<b>Perito independente reconhecido internacionalmente:</b>	Indivíduo ou empresa que comprove ter a formação e a experiência esperados de um especialista de nível sênior em um campo específico, dependendo das características necessárias para os trabalhos. A pessoa pode ter certificações e pode ser um membro ativo de uma organização profissional pertinente e ter documentados seus conhecimentos nesse campo.
<b>Monitorização por terceiros (MPT):</b>	MPT refere-se a: i) uma abordagem de supervisão inteligente por meio da qual o Banco contrata um agente independente para verificar se a implementação do projeto pelo mutuário está de acordo com as disposições do acordo de financiamento e se o desempenho ambiental e social do projeto cumpre os padrões acordados; e ii) uma abordagem para a implementação do projeto por meio da qual o mutuário contrata terceiros para fortalecer os sistemas de monitorização e avaliação e obter mais dados sobre o progresso e o desenvolvimento alcançados. Quando o MPT é usado para a supervisão por parte do Banco, o Banco mantém suas próprias obrigações de supervisão, mas pode transferir a implementação da monitorização a um agente.
<b>Terceiro:</b>	Parte externa ao projeto que não é beneficiária direta do projeto nem faz parte da estrutura de gestão do projeto. Normalmente, terceiros advêm de organizações não

governamentais (ONG), instituições acadêmicas, organizações de assistência, órgãos das Nações Unidas ou empresas privadas. Para os propósitos desta NBP, terceiros são peritos ou especialistas com experiência específica pertinente ao projeto ou outras partes interessadas que monitorem aspectos específicos do desempenho de um projeto.

<b>1. Introdução.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Quadro Ambiental e Social .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Monitorização por terceiros (MPT).....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>2. O processo de MPT para a implementação do projeto pelo mutuário</b>	
<b>Etapa 1: Determinar se a MPT é aconselhável.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Decisão inicial.....	5
Características do projeto .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Principais benefícios e desafios.....	7
A função do Banco .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>Etapa 2: Determinar o âmbito e elaborar os TR.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Âmbito .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Termos de referência.....	10
<b>Etapa 3: Selecionar e contratar monitores independentes.....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Peritos externos.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Indivíduos vs. empresas .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Independência da preparação do projeto.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Independência de terceiros.....	15
Compras.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Confidencialidade .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>Etapa 4: Gerir o programa de MPT .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Gestão eficaz .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Alteração dos compromissos.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Frequência do monitorização.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>Etapa 5: Relato e transparência .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Documentação das constatações e resultados.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Transparência e confidencialidade .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>3. Quando o Banco contrata a MPT diretamente para a supervisão inteligente</b>	
.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
As atividades de MPT do banco .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Capacidade ou qualificações específicas necessárias.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Coordenação.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Financiamento quando a MPT é feito em nome do Banco.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

# 1. Introdução

## Quadro Ambiental e Social

No âmbito do Quadro Ambiental e Social (QAS), o Banco Mundial oferece múltiplos pontos de entrada para o envolvimento de terceiros para i) apoiar os mutuários na implementação do projeto por meio da melhoria da monitorização e ii) apoiar o Banco no cumprimento das suas obrigações de apoio à implementação. Do lado do mutuário, o envolvimento de partes interessadas e terceiros na implementação do projeto visa melhorar a monitorização e o progresso rumo à consecução do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (ODP), inclusive em situações em que o mutuário tenha capacidade limitada para avaliar e gerir riscos ambientais e sociais ou em situações de fragilidade, conflito e violência (FCV), quando o acesso aos locais dos projetos é limitado devido a questões de segurança.

Esta nota de boas práticas oferece ao pessoal do Banco Mundial uma abordagem passo a passo para ajudar os mutuários a estabelecer a monitorização por terceiros (MPT) para a implementação do projeto. Estas informações também podem ser úteis para os mutuários que desejem lançar mão proativamente do MPT para melhorar o desempenho do projeto, em casos em que o uso de terceiros não seja uma exigência. Assim, a nota se concentra nos casos em que o MPT é usado principalmente para auxiliar o mutuário.

### Quadro 1: Notas de Boas Práticas do Banco Mundial

O Banco Mundial está oferecendo uma série de Notas de Boas Práticas (NBP) para acompanhar o QAS e, assim, apoiar sua implementação. Esta nota se concentra no monitorização por terceiros para melhorar a capacidade do mutuário para o financiamento de projetos de investimento (FPI). As NBP foram elaboradas em parceria com consultores especialistas de dentro e fora do Banco e foram concebidas para serem revistas e atualizadas periodicamente, sempre que apropriado. A nota deve ser lida em conjunto com o QAS, bem como com a Política, as Normas Ambientais e Sociais (NAS 1 a 10) e as Notas de Orientação que as acompanham.

## Monitorização por terceiros (MPT)

***O objetivo de usar terceiros para avaliar a situação e o desempenho de um projeto, seu nível de conformidade ou questões emergentes por meio de uma parte especializada é oferecer uma perspectiva imparcial sobre a questão e a situação e fazer recomendações para melhoria, conforme o caso.*** A MPT é amplamente usada em projetos técnicos e de engenharia, infraestrutura física, conformidade financeira ou em compras, governança e prestação de contas, e monitorização ambiental e social da implementação do projeto. As avaliações<sup>1</sup> da eficácia do MPT de projetos de desenvolvimento durante sua

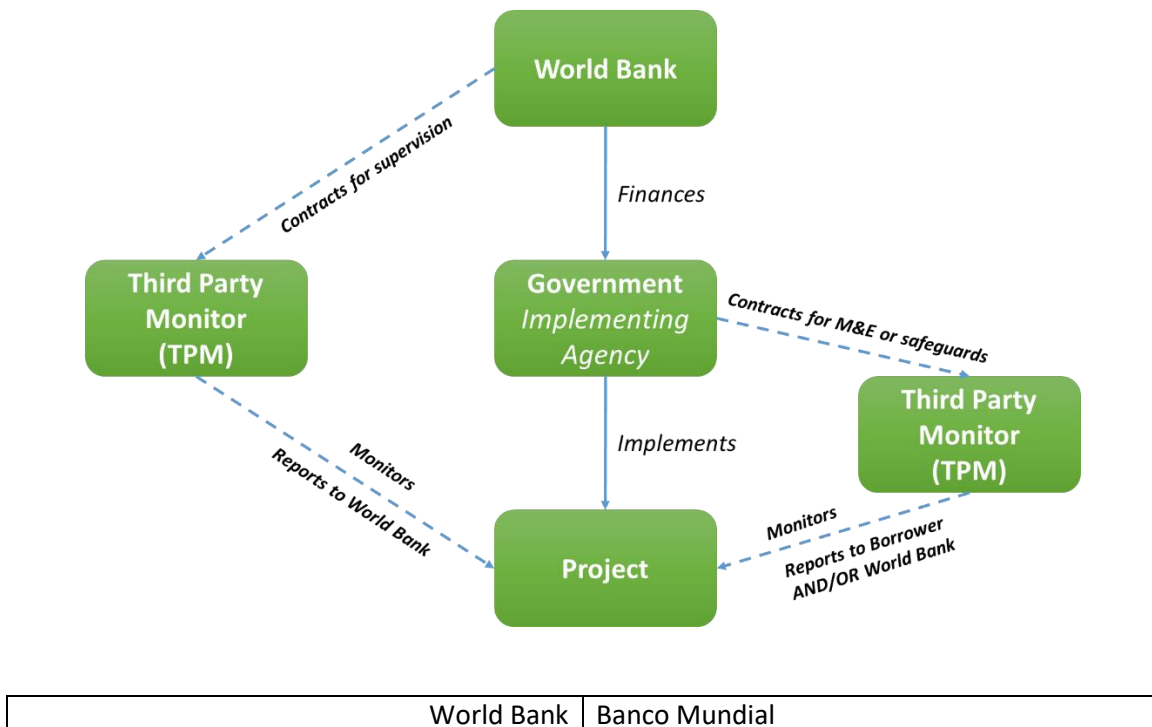
<sup>1</sup> O Anexo 1 apresenta recursos e exemplos, como: “Monitorização externo do projeto do oleoduto Chade-Camarões”, Corporação Financeira Internacional, setembro de 2006; “Programa de monitorização por terceiros para o Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão: Uma avaliação”, Banco Mundial, 2014.

implementação destacaram o impacto positivo no desempenho do projeto e, em última análise, seu impacto no desenvolvimento.

**Os mutuários podem contratar o MPT para complementar sua própria capacidade de monitorização do projeto.** As Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial contêm vários requisitos quanto à contratação de MPT pelo mutuário para complementar a experiência do próprio mutuário. Assim, o MPT no contexto das NAS se concentra 1) na função de peritos independentes na implementação pelo mutuário de um projeto financiado pelo Banco e 2) na função das partes interessadas, como a sociedade civil, para complementar ou verificar as próprias atividades de monitorização pelo mutuário.

**O MPT pode ter um foco diferente se for contratado diretamente pelo Banco para complementar a capacidade do próprio Banco de monitorizar projetos em situações em que o projeto pode ser de difícil acesso.** Nesses casos, o MPT promove a “supervisão inteligente” ao reforçar a presença do Banco em campo e pode “ver e ouvir” o que ocorre no local quando o pessoal do Banco não consegue monitorizar diretamente<sup>2</sup> devido a níveis elevados de preocupação com a segurança. Além disso, nesses casos, os monitores independentes são contratados por intermédio do setor de Compras Institucionais. Por meio dessa abordagem de “implementação inteligente”,<sup>3</sup> os mutuários podem contar com mais apoio e com a experiência de peritos na monitorização de questões ambientais e sociais específicas ou de um programa geral. A Figura 1 ilustra a relação entre o Banco, o mutuário e o monitor independente.

Figura 1. Formas de MPT em relação ao Banco, ao mutuário e ao projeto



<sup>2</sup> Consulte *Approaches to Smart Supervision in Insecure Areas: Third-Party Monitoring and Beyond* [Abordagens para a supervisão inteligente em áreas inseguras: Monitorização por Terceiros e mais além], uma nota operacional do FCV Group [Grupo FCV] a ser publicada em breve.

<sup>3</sup> Ver a nota operacional a ser publicada em breve pelo Grupo FCV.



Finances	Financia
Government	Governo
Implementing Agency	Órgão de implementação
Implements	Implementa
Project	Projeto
Contracts for M&E or safeguards	Contrata para fazer o M&A ou salvaguardas
Third Party Monitor (TPM)	Monitor independente
Monitors	Monitoriza
Reports to Borrower AND/OR World Bank	Presta contas ao mutuário E/OU ao Banco Mundial
Monitors	Monitoriza
Reports to World Bank	Presta contas ao Banco Mundial
Third Party Monitor (TPM)	Monitor independente
Contracts for supervision	Contrata para fazer a supervisão

## 2. O processo de MPT para a implementação do projeto pelo mutuário

### Etapa 1: Determinar se a MPT é aconselhável

#### Decisão inicial

O processo do MPT começa com uma decisão sobre se a MPT é necessário ou, pelo menos, aconselhável. **O Banco identificará a necessidade de MPT o quanto antes possível durante a preparação e avaliação do projeto.** A necessidade de MPT será incluída no PCAS, que faz parte do acordo legal. Quando surgirem questões imprevistas após o acordo do PCAS, o monitor independente talvez precise rever as informações ou o desempenho recente, como o seguimento dado a um incidente ou acidente grave.

**A devida diligência do Banco prevê a exigência de que o mutuário contrate a MPT quando apropriado e colabore com terceiros para estabelecer e monitorizar as respectivas medidas de mitigação.** Quando o Banco contrata a MPT, essa decisão depende da acessibilidade do projeto à supervisão do Banco e da capacidade do mutuário para monitorizar o projeto (consulte mais detalhes na Seção 3).

**O QAS contém requisitos específicos para os tipos de projetos e os tipos de questões que exigem MPT para apoiar a implementação dos aspectos do projeto referentes à gestão dos riscos ambientais e sociais.** De modo geral, projetos complexos e contenciosos talvez exijam um grau maior de envolvimento de um terceiro. O pessoal do Banco avaliará cada projeto e aconselhará o mutuário ou outros parceiros sobre os requisitos, o âmbito do trabalho, os planos de ação e os procedimentos de monitorização e prestação de contas que envolvam terceiros. A Tabela 1 resume os requisitos referentes à MPT estabelecidos nas Normas Ambientais e Sociais.<sup>4</sup>

**Tabela 1. Compromissos relacionados à monitorização e à experiência de terceiros**

Tabela 1. Compromissos resumidos do QAS relacionados à monitorização e à experiência de terceiros estabelecidos nas Normas Ambientais e Sociais de 1 a 10
<p><b>NAS 1. Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratar um ou mais especialistas independentes reconhecidos internacionalmente para projetos de alto risco ou contenciosos, ou que envolvam graves riscos ou impactos ambientais ou sociais multidimensionais (por exemplo, na forma de um painel consultivo), e identificar os terceiros no Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS).</li> <li>• Envolver partes interessadas e terceiros, tais como especialistas independentes, comunidades locais ou organizações da sociedade civil (OSC), para complementar ou</li> </ul>

<sup>4</sup> O QAS também contém referências a terceiros em outras funções, como especialistas independentes para fazer a avaliação ambiental e social (NAS 1), empregadores de trabalhadores do projeto (NAS 2), profissionais envolvidos na concepção de elementos estruturais (NAS 4), especialistas consultados durante a avaliação das condições de base da biodiversidade ou para avaliar se uma compensação é viável (NAS 6), especialistas consultados durante a avaliação de locais que constituam patrimônio cultural (NAS 8), ou especialistas que apoiem a identificação, por parte do mutuário, das partes interessadas (NAS 10). Essas funções de terceiros não são abordadas nesta NBP, pois não estão relacionadas à monitorização.

verificar as atividades de monitorização do mutuário e colaborar com essas entidades e terceiros.

#### NAS 4. Saúde e Segurança Comunitárias

- Contratar especialistas independentes separados com experiência pertinente e reconhecida quando elementos ou componentes estruturais do projeto estiverem situados em locais de alto risco, como aqueles que estão em risco devido a condições climáticas extremas ou eventos de início lento, e as suas falhas ou um mau funcionamento puderem ameaçar a segurança das comunidades, para realizarem uma análise, assim que possível, do desenvolvimento do projeto e ao longo das fases de concepção, construção, operação e encerramento do projeto.
- Contratar profissionais experientes e competentes para a supervisão da concepção e construção de barragens, oferecer assistência administrativa para as suas atividades e prestar contas sobre as conclusões e recomendações do painel.

#### NAS 5. Aquisição de Terras, Restrições ao Uso da Terra e Reassentamento Involuntário

- Contratar profissionais de reassentamento competentes para todos os projetos que tenham impactos significativos de reassentamento involuntário para monitorizar a implementação dos planos de reassentamento, desenvolver ações corretivas conforme necessário, fornecer aconselhamento sobre a conformidade com esta NAS e produzir relatórios periódicos de monitorização.
- Encomendar uma auditoria externa da conclusão do plano de reassentamento para todos os projetos com impactos significativos de reassentamento involuntário quando todas as medidas de mitigação tiverem sido substancialmente concluídas, a ser executada por profissionais de reassentamento competentes.
- Tomar providências para a monitorização das atividades de deslocamento e reassentamento pelos órgãos de implementação, complementados por monitores independentes.

### Características do projeto

**A decisão de exigir a MPT levará em conta** os requisitos específicos das NAS, a natureza específica e a extensão dos riscos e impactos do projeto, a complexidade do projeto, as preocupações das partes interessadas e a capacidade do mutuário de implementar e monitorizar o projeto. O Quadro 1 apresenta exemplos de outras características do projeto que podem ser beneficiadas pela MPT.

**Quadro 1. Características dos projetos que podem ser beneficiadas pela MPT**

- Possíveis impactos sobre espécies ameaçadas da flora ou fauna, exigindo experiência especializada nessa espécie;
- Certificação ou verificação do desempenho ou resultados (por exemplo auditorias independentes);
- Tamanho da força de trabalho e relação com a área local;
- Agitação trabalhista que exija monitorização regular por especialista independente;
- Número significativo de queixas, exigindo uma revisão independente;
- Incidente de saúde e segurança que exija aconselhamento especializado sobre a mitigação;
- Patrimônio cultural descoberto durante os trabalhos de escavação (exigindo antropólogo ou arqueólogo);
- Especialista independente em biodiversidade para avaliar a implementação do plano de ação nessa área e fazer recomendações para a gestão adaptativa;
- Alegações de violência ou discriminação baseada no gênero, exigindo especialista independente ou organização especializada;
- Monitorização comunitária de benefícios ou impactos;
- A capacidade para alcançar locais dos projetos devido a questões de segurança ou outras restrições;
- A categoria de risco do projeto;
- A capacidade do mutuário e/ou da Unidade de Implementação do Projeto de monitorizar os riscos e impactos ambientais e sociais do projeto;
- O volume necessário de reassentamento e restauração dos meios de subsistência.

**Principais benefícios e desafios**

Ao decidir se a MPT deve ser contratada, devem ser considerados os benefícios e desafios (ver a Tabela 2).

**Tabela 2. Benefícios e desafios de MPT**

Tabela 2. Benefícios e desafios de MPT	
Benefícios	Desafios
<p><b>Verificação independente das informações</b></p> <p>Quando o mutuário conta com mecanismos internos de monitorização e prestação de contas, a MPT permite verificar a adequação das medidas para gerir questões e impactos específicos, bem como para avaliar a implementação de compromissos ambientais e sociais, identificando os pontos fortes e fracos e recomendando</p>	<p><b>Viés</b></p> <p>Alguns terceiros podem defender posições específicas no tocante a determinadas questões pertinentes ao projeto; deve-se procurar identificar essas posições antes de esses terceiros serem selecionados para o trabalho a ser realizado. Em alguns casos, a despeito desses pontos de vista, o conhecimento especializado do</p>

<p>melhorias para cumprir os objetivos e/ou os requisitos ambientais e sociais do projeto.</p>	<p>terceiro pode ser benéfico para o trabalho, como uma OSC da área da saúde com informações detalhadas sobre problemas de saúde na área do projeto ou um zoólogo com conhecimentos específicos sobre uma espécie em extinção na área do projeto. Contudo, caso seja necessária uma perspectiva mais neutra, a percepção de um forte viés ou um viés propriamente dito pode influenciar consideravelmente os resultados do trabalho que está sendo realizado. A seleção de monitores independentes apropriados é um dos fatores mais importantes para a credibilidade dos resultados e uma posição ou viés específico que possa ser inerente ao trabalho que está sendo realizado pelos monitores independentes deve ser reconhecido no início do relatório de monitorização.</p>
<p><b>Capacitação e apoio à implementação</b></p> <p>No contexto do desenvolvimento, nas situações em que forem observadas falhas na capacidade (por exemplo, em áreas remotas do projeto ou quando se tratar de conhecimentos novos ou emergentes), a exposição repetida a peritos qualificados e independentes contribui de forma crucial para a capacitação, quer esse seja um dos objetivos pretendidos ou não. O processo de MPT pode contribuir para um entendimento mais significativo da vantagem de contar com peritos externos, por meio tanto do intercâmbio informal de conhecimento e informações como da recomendação de melhorias no desempenho ambiental e social do projeto.</p>	<p><b>Entendimento do projeto</b></p> <p>Um terceiro normalmente não estará tão bem informado sobre o projeto quanto o mutuário ou o Banco. É crucial informar devidamente os monitores independentes e fornecer-lhes os contatos, a documentação e o apoio necessários para obter as melhores recomendações, que sejam realistas e apropriadas e possam levar a melhorias no projeto, conforme o caso.</p>
<p><b>Maior credibilidade e confiança</b></p> <p>A presença de um monitor independente do mutuário pode melhorar o nível de confiança das partes afetadas pelo projeto e a credibilidade das constatações ou do resumo das constatações que podem ser liberados para o domínio público.</p>	

## A função do Banco

***O Banco identificará a necessidade de MPT o mais cedo possível durante a preparação e avaliação do projeto.*** A necessidade de MPT será incluída no PCAS, que faz parte do acordo legal. Quando surgirem

questões imprevistas após o acordo do PCAS, o monitor independente talvez precise rever as informações ou o desempenho recente, como o acompanhamento dado a um incidente ou acidente grave. ***A devida diligência do Banco prevê as exigências de que o mutuário contrate a MPT quando apropriado e colabore com terceiros para estabelecer e monitorizar as respectivas medidas de mitigação.***

*Parágrafo 58 do QAS*

*“Quando apropriado, e conforme definido no PCAS, o Banco exigirá que o Mutuário proponha o envolvimento das partes interessadas e de terceiros, tais como especialistas independentes, comunidades locais ou organizações não governamentais (ONG), para complementar ou verificar a informação de monitorização do projeto. Caso outras agências ou terceiros sejam responsáveis pela gestão de impactos e riscos específicos e implementação de medidas de mitigação, o Banco exigirá que o Mutuário colabore com esses órgãos e terceiros para estabelecer e monitorizar tais medidas de mitigação.”*

## Etapa 2: Determinar o âmbito e elaborar os TR

### Âmbito

*Para os fins desta NBP, o âmbito da MPT está sempre relacionado aos riscos e impactos ambientais e sociais de um projeto. O âmbito da MPT pode ser geral (por exemplo, monitorizar a conformidade com as NAS e o PCAS), específico (por exemplo, fazer uma auditoria de conformidade na área da biodiversidade) ou de médio a longo prazo (por exemplo, monitorizar a implementação de um plano de ação de reassentamento ao longo de um determinado número de anos — ver o Quadro 2).*

A frequência da monitorização e o cronograma de visitas ao local dependem de diversas variáveis, como o estágio do projeto dentro do seu ciclo, a complexidade do projeto, os impactos e problemas que possam surgir durante a implementação.


#### **Quadro 2: Atividades típicas do MPT**

- Examinar a situação da implementação do PCAS e a conformidade com as NAS;
- Acompanhar o desempenho ambiental e social;
- Monitorar a conformidade das empresas contratadas ou da cadeia de suprimento;
- Verificar a conformidade e progresso quanto aos compromissos do projeto;
- Examinar o envolvimento das partes interessadas e o tratamento das queixas;
- Visitar o local para examinar documentos e reunir-se com trabalhadores, a direção e as partes interessadas;
- Identificar ações corretivas e preventivas conforme necessário e ajudar o mutuário a incorporá-las a um PCAS modificado ou a um instrumento de gestão pertinente, de forma aceitável para o Banco;
- Prestar informações para que o mutuário as divulgue às partes interessadas, mostrando o desempenho do projeto ou a implementação dos compromissos.

## Termos de referência

***O mutuário determina e acorda com o Banco o conteúdo dos termos de referência (TR), que refletem o âmbito da MPT.***

O Banco opinará sobre o âmbito dos TR de modo a permitir que o trabalho leve ao cumprimento do compromisso, conforme estabelecido no PCAS. Com base no âmbito da monitorização a ser realizado, o Banco avalia se um perito ou empresa é necessário, ou se uma série de peritos individuais é necessária para tratar de questões específicas, situação em que pode haver vários TR menores. O mutuário elaborará os projetos de TR para contratar a MPT apropriada e apresentará o projeto ou projetos de TR ao Banco Mundial para que este identifique lacunas significativas e concorde com o âmbito final do trabalho. ***Um modelo de TR consta do Anexo 2.***



O MPT não substitui o programa de monitorização interno do mutuário, mas é concebido para complementar e/ou verificar o que foi feito, dependendo dos objetivos e necessidades das atividades de

***Os TR devem estabelecer o âmbito do trabalho de monitorização, o número de locais a serem visitados, a frequência da monitorização, o orçamento e o período do trabalho, e o tipo e as qualificações dos parceiros independentes necessários.*** Os TR devem identificar claramente as linhas hierárquicas, funções e responsabilidades das diversas partes envolvidas no projeto. Quando os parceiros da MPT não têm experiência em monitorização, como algumas OSC ou indivíduos, o âmbito do trabalho deve prever medidas para a capacitação necessária.

***A frequência da monitorização necessária estará vinculada aos riscos e impactos específicos do projeto e ao desempenho do mutuário durante a implementação.*** No caso de projetos que prevejam MPT durante toda a fase de implementação, os TR devem esclarecer se a frequência da monitorização varia ao longo do ciclo do projeto. Por exemplo, pode ser necessária uma monitorização mais intensa da saúde e segurança durante um período de construção de alto risco e menos intenso durante as fases operacionais.



## Etapa 3: Selecionar e contratar monitores independentes

### Peritos externos

**O Banco determinará se são necessários terceiros para monitorizar os riscos e impactos de um projeto.** Dependendo do projeto, os terceiros necessários podem ser especialistas em uma questão específica (por exemplo, espécies em extinção ou biodiversidade, ou o envolvimento das partes interessadas) ou uma equipe de pessoas para executar um trabalho de monitorização. A necessidade de um perito ou especialista externo será incluída no PCAS. O Banco acordará com o mutuário o âmbito da monitorização a ser realizada e a seleção dos monitores independentes. Quando os relatórios de monitorização são elaborados, os projetos de relatório devem ser enviados ao Banco no mesmo momento em que forem encaminhados ao mutuário/órgão de implementação

**O uso de MPT pode variar desde a contratação, pelo mutuário, de um ou mais peritos individuais para cuidar de um aspecto do trabalho, até o envolvimento de OSC especializadas, universidades ou centros de estudo, empresas de consultoria ou outras entidades qualificadas.** O Banco informará o mutuário do tipo de terceiros preferíveis para o âmbito específico do trabalho. Quando peritos ou firmas internacionais forem contratados, constitui boa prática estabelecer parcerias com peritos locais para aumentar a capacidade local e assegurar que as preocupações e questões locais sejam levadas em consideração. A Tabela 3 mostra possíveis questões associadas a diversos tipos de monitores independentes.

### Indivíduos vs. empresas

**Tabela 3. Benefícios e desafios da MPT executada por indivíduos em comparação com empresas**

Tipo de MPT	Benefícios	Desafios
<b>Indivíduos</b>	Peritos ou especialistas individuais podem ser úteis se o âmbito do trabalho for limitado ou se concentrar em uma questão específica, como trabalho, saúde e segurança, ou uma espécie particular de planta ou animal que possa ser afetada por um projeto. A contratação de indivíduos pode custar menos do que a de empresas de consultoria.	Indivíduos podem ter outros clientes e não estar disponíveis no prazo necessário, e podem não ter uma pessoa para examinar os relatórios preliminares (por exemplo, revisão por pares ou pela chefia) e fazer um controle de qualidade antes da apresentação. Além disso, talvez não tenham seguro de responsabilidade civil caso haja problemas significativos de qualidade no trabalho realizado.
<b>Empresas de consultoria</b>	As empresas podem ter um controle de qualidade melhor do que os peritos individuais e podem aumentar o número de pessoal ou apoiar consultores individuais com mais conhecimentos ou recursos para alcançar o escopo de trabalho acordado. É importante acordar com antecedência que empregados	É provável que uma empresa de consultoria seja mais cara do que peritos ou especialistas individuais. Além disso, uma empresa de consultoria que esteve envolvida na elaboração do projeto e na formulação dos planos de ação não deve monitorizar o projeto. A monitorização do trabalho que uma empresa ajudou

Tipo de MPT	Benefícios	Desafios
	<p>individuais da empresa farão o trabalho e assegurar que esses empregados não sejam substituídos durante o trabalho, a menos que o substituto tenha experiência e nível profissional comparáveis e tenha apresentado seu currículo para ser aprovado. Uma empresa de consultoria pode oferecer uma perspectiva mais ampla e ser mais flexível para atender as necessidades do projeto em termos de prazo.</p>	<p>a desenvolver constitui um conflito de interesses.</p>
<p><b>Acadêmicos e centros de estudos</b></p>	<p>Se forem necessárias informações e assessoria sobre uma metodologia ou tema específico, alguns acadêmicos ou centros de estudos podem ser contratados para se ocupar de um escopo limitado do trabalho. Um exemplo seria a contratação de um centro de estudos sobre eficiência energética para monitorizar a implementação de uma metodologia de contabilidade da emissão de gases do efeito estufa e fazer recomendações de melhorias.</p>	<p>Acadêmicos e centros de estudos podem atuar como indivíduos ou empresas de consultoria, mas talvez não disponham da amplitude de conhecimento necessária para cuidar de todo o trabalho a ser realizado. Com esse tipo de monitor, é muito importante entender sua experiência com a aplicação dos problemas previstos nos TR <i>no nível do projeto</i> e não apenas na teoria. Alguns acadêmicos ou centros de estudos podem ter assumido determinadas posições sobre questões relacionadas ao projeto em apresentações ou publicações. Essas posições precisam ser entendidas para assegurar que não haja a percepção de viés em questões pertinentes ao projeto. Além disso, é importante determinar se o monitor tem a obrigação ou intenção de publicar com relação ao seu trabalho no projeto e tomar as medidas apropriadas para proteger a confidencialidade e oferecer neutralidade na monitorização, se for esse o caso.</p>
<p><b>OSC</b></p>	<p>Existem diversos tipos de organizações da sociedade civil. Algumas prestam serviços de consultoria e podem contar com peritos em questões específicas. É de especial importância examinar os</p>	<p>Algumas OSC talvez não consigam celebrar acordos de confidencialidade e, de maneira semelhante ao disposto acima, talvez tenham a obrigação ou intenção de publicar sobre seu</p>

Tipo de MPT	Benefícios	Desafios
	<p>currículos dos membros da OSC que venha a realizar o trabalho para ter a certeza de que reúne as qualificações e a experiência necessárias. Em alguns casos, as OSC estão bem posicionadas para participar das atividades de monitorização e reúnem a formação e o conhecimento necessários para fazer recomendações compatíveis com as boas práticas internacionais.</p>	<p>trabalho no projeto. Assim, é importante entender as limitações quanto à confidencialidade caso estejam incluídas no âmbito do trabalho informações confidenciais (por exemplo, registros de saúde e de segurança dos trabalhadores). Também é importante compreender a possibilidade de viés e o financiamento do grupo para entender e confirmar a neutralidade de sua abordagem com relação ao âmbito do trabalho. Algumas OSC são voluntárias e seria importante entender como os horários serão cumpridos, como será tratado o controle de qualidade dos relatórios e quais serão as limitações em termos de transparência.</p>
<p><b>Monitorização comunitária</b></p>	<p>A monitorização comunitária é diferente dos demais tipos de atividades de monitorização. Os membros da comunidade podem ser partes interessadas afetadas e ter interesse nos resultados do projeto. Costumam ser voluntários e podem ter uma variedade de qualificações e conhecimentos. Quando a comunidade participa da monitorização, por exemplo, de queixas ou da implementação do plano de envolvimento das partes interessadas, isso pode ser uma ferramenta para melhorar o desempenho desses planos e programas, e o conhecimento sobre a comunidade e os grupos pertencentes a ela costuma ser muito melhor do que o de uma empresa de consultoria ou de um especialista individual. A probabilidade de a monitorização comunitária ser eficaz pode depender, em grande parte, dos contatos individuais que gerem o âmbito do trabalho e da capacitação fornecida.</p>	<p>Esse tipo de monitorização pode não contar com o mesmo nível de prestação de contas e responsabilização que o de uma relação contratual com um perito ou especialista individual e, portanto, talvez seja mais difícil cumprir os requisitos de prazo e controle de qualidade. Às vezes, o benefício da monitorização comunitária vai para a comunidade como um todo. Isso pode significar que os indivíduos que trabalham com a monitorização podem mudar sem aviso, e que é necessário prever capacitação suficiente no âmbito do trabalho para permitir que os membros da comunidade entendam o que precisa ser feito e que os novos indivíduos que ingressem no meio do trabalho possam ser capacitadas. Uma comunidade local talvez não esteja dotada do conhecimento necessário sobre boas práticas internacionais nem dos conhecimentos técnicos específicos necessários. Como é necessário que a parte contratante</p>

Tipo de MPT	Benefícios	Desafios
		contribua com mais insumos, esta perspectiva de implementação de projetos não é tão independente quanto alguns dos outros formatos.

### Independência da preparação do projeto

***Para serem eficazes no apoio à monitorização e implementação de projetos financiados pelo Banco, os terceiros devem ser independentes da preparação do projeto*** (inclusive do Banco, do mutuário e do órgão de implementação e seus contratados) e não devem ter participado em nenhuma função do projeto (exceto em uma função de monitorização anterior). Sua situação deve ser examinada de modo a evitar conflitos de interesses, e eles devem manter a objetividade durante todo o processo, para que suas constatações e conclusões se baseiem em evidências. Os monitores independentes também devem ser ***éticos***, e refletir integridade, confidencialidade, confiança e discrição. Devem ser ***justos***, verdadeiros e precisos no seu relato. Os monitores também devem ser ***competentes***, com os conhecimentos e a experiência necessários para garantir o devido cuidado profissional na condução do trabalho assumido. No caso de projetos de alto risco ou contenciosos, o Banco pode exigir que o mutuário contrate um ou mais peritos independentes ***reconhecidos internacionalmente*** para oferecer assessoria e supervisão ao projeto.

#### **Quadro 3. Uso de organizações da sociedade civil para monitorizar projetos em províncias afetadas por conflitos nas Filipinas**

“No âmbito do Projeto de Reconstrução e Desenvolvimento de Mindanau, nas Filipinas, comunidades em áreas afetadas por conflitos, pessoas deslocadas internamente e rebeldes repatriados tomam decisões, planejam e implementam subprojetos para restabelecer seu acesso a serviços básicos. Os subprojetos estão espalhados em áreas remotas e de conflito para as quais os funcionários do Banco Mundial não podem viajar. Assim, o projeto está trabalhando com duas OSC para monitorar os componentes do projeto que não podem ser monitorizados pelo Banco. O conhecimento local das OSC (inclusive os idiomas locais) possibilita a monitorização.”

*Fonte: “How-to-Notes: Participatory and Third Party Monitoring in World Bank Financed Projects: What Can Non-State Actors Do?” [Notas de orientação: Monitorização participativa e por terceiros em projetos financiados pelo Banco Mundial: O que os agentes não estatais podem fazer?]. Departamento de Desenvolvimento Social do Banco Mundial, 2013.*

## Independência de terceiros

**Os terceiros contratados pelo mutuário não são completamente independentes, pois são geridos pela parte contratante e pagos por esta.** É importante que a linha hierárquica lhes permita levantar preocupações e fazer recomendações sem interferência, e que essas opiniões possam então ser abordadas com o Banco e o mutuário. Os termos de referência para o trabalho e os currículos dos peritos devem ser satisfatórios para o Banco e o Banco deve estar ciente de quaisquer conflitos de interesses antes de concordar com o trabalho a ser realizado. O Banco deve receber o relatório preliminar da MPT, o mais tardar, quando ele for recebido pelo órgão contratante e a dupla responsabilidade dos encarregados da MPT puder ser estabelecida nas etapas de preparação e avaliação.

**É indispensável identificar vieses e garantir a estrita separação dos conflitos de interesses para que o trabalho de MPT possa ser confiável para as autoridades ou para as partes interessadas.** É difícil para terceiros serem completamente independentes, em vista da necessidade de acesso a informações e aos custos associados ao trabalho, mas podem ser envidados esforços para serem tão independentes quanto possível.<sup>5</sup> Talvez os terceiros precisem construir ativamente a credibilidade, demonstrando a confiabilidade na qualidade de seu trabalho e o envolvimento com várias partes interessadas.<sup>6</sup>

## Compras

**O regulamento do Banco Mundial sobre compras<sup>7</sup> destinado aos mutuários esclarece as várias opções de compras e abrange temas como governança, disposições sobre compras e métodos aceitáveis para a seleção de serviços.** O regulamento varia de acordo com fatores específicos, como o risco da compra ou contratação e o risco contratual, e com outras regras aplicadas a cada projeto específico, conforme descrito nos documentos *Project Procurement Strategy for Development* [Estratégia de compras dos projetos para o desenvolvimento] e *Project Procurement Plan* [Plano de compras do projeto].

**A equipe do projeto do Banco apoiará o mutuário na seleção da abordagem apropriada para as compras.** O mutuário considerará a disponibilidade dos conhecimentos essenciais, idioma e experiência em âmbito local e internacional, bem como a complexidade e a magnitude das atividades de monitorização. Além disso, disponibilizará pessoal para administrar a solicitação de propostas, os processos de seleção, as interfaces e os contratos de monitorização, seguindo as regras do Banco Mundial pertinentes às compras. Constitui boa prática vincular pagamentos a resultados e produtos do contrato, de modo a manter alguma margem de manobra e permitir que o pagamento total seja feito apenas quando os relatórios tenham uma qualidade satisfatória.

## Confidencialidade

**A contratação deve prever requisitos pertinentes sobre privacidade e confidencialidade dos dados pessoais, conforme o caso e de acordo com as necessidades de compras.** O Banco deve levar a questão da confidencialidade à atenção do mutuário, se, ao assumir a responsabilidade por uma avaliação, os terceiros tiverem acesso a informações proprietárias. Nesses casos, os terceiros talvez precisem assinar

<sup>5</sup> “How-to-Notes: Participatory and Third Party Monitoring in World Bank Financed Projects: What Can Non-State Actors Do?” [Notas de orientação: Monitorização participativo e por terceiros em projetos financiados pelo Banco Mundial: O que os agentes não estatais podem fazer?]. Departamento de Desenvolvimento Social do Banco Mundial, 2013.

<sup>6</sup> “Peru LNG: A focus on continuous improvement, Lessons of Experience” [Peru LNG: Foco na melhoria contínua, Lições da experiência] Corporação Financeira Internacional, Washington, DC, março de 2013.

<sup>7</sup> <https://policies.worldbank.org/sites/ppf3/PPFDocuments/Forms/DispPage.aspx?docid=7398246c-6904-4546-9313-4dd7a8f93faa&ver=current>.

um contrato de confidencialidade (por exemplo, se tiverem acesso a informações confidenciais, como registros trabalhistas do pessoal, relatórios de acidentes, etc.).

***Alguns terceiros, como organizações comunitárias e OSC, podem ter limitações quanto ao nível de confidencialidade com o qual podem concordar.*** O mutuário levará em consideração as necessidades de confidencialidade ao selecionar um monitor independente, bem como a sensibilidade do trabalho. Se a confidencialidade for necessária e o parceiro de MPT em vista não puder garanti-la, deve-se rever o tipo de parceiro. Por exemplo, um especialista contratado para monitorizar denúncias de violência de gênero poderia ter acesso a informações pessoais confidenciais prejudiciais para o indivíduo ou grupo se estas não fossem mantidas em sigilo. De maneira análoga, montantes recebidos individualmente no âmbito de acordos de reassentamento não constituiriam informação pública, e a monitorização de questões laborais poderia envolver informações pessoais confidenciais. Em determinadas circunstâncias, quando a confidencialidade é uma preocupação, a melhor maneira de gerir a monitorização talvez seja no âmbito de contratos com indivíduos, empresas ou instituições.

## Etapa 4: Gerir o programa de MPT

### Gestão eficaz

Para uma gestão eficaz da MPT, a equipe de projeto do Banco deve ajudar o mutuário a:

- a. **Obter o apoio do órgão de gestão do mutuário para a MPT e fornecer um contato com o responsável pela MPT.** O apoio da direção é importante para permitir a transmissão oportuna de informações, o acesso a locais do projeto, o apoio logístico na organização de visitas aos locais e a circulação das constatações e recomendações nos níveis pertinentes da organização.
- b. **Examinar os relatórios preliminares da monitorização** em tempo hábil para que não haja erros factuais e dividir os relatórios com a equipe do projeto do Banco Mundial.
- c. **Discutir as medidas recomendadas** ou propor outras soluções para abordar as preocupações levantadas.
- d. **Fornecer um plano de ação para implementar as recomendações** de maneira oportuna e econômica para mostrar avanços até que o problema esteja resolvido ou a ação seja concluída. Propor que o PCAS ou outros planos de ação sejam atualizados com as mudanças acordadas.
- e. **Divulgar as atualizações do PCAS pertinentes à MPT**, sobretudo se alguma parte interessada for afetada pelas mudanças.
- f. **Atualizar os planos de monitorização internos de modo a abarcar as mudanças acordadas** e incluí-las nos futuros relatórios para o órgão de gestão interno e para o Banco Mundial, conforme o caso.
- g. **Encaminhar o relatório final** às entidades e partes interessadas pertinentes, conforme o caso.

### Alteração dos compromissos

**Quando os monitores independentes fizerem recomendações que exijam a alteração dos compromissos existentes entre o mutuário e o Banco, essas alterações precisam ser acordadas entre o mutuário e o Banco.** Por exemplo, podem surgir questões durante a monitorização ou em função de acontecimentos, como acidentes ou incidentes, que exigem ações ou monitorização adicionais. Se for necessário fazer alterações, os especialistas ambientais e sociais e os assessores jurídicos do Banco Mundial designados para o projeto devem estar envolvidos na discussão.

### Frequência da monitorização

**Se houver incidentes durante a implementação que aumentem o risco do projeto, a frequência da monitorização também pode ser aumentada ou talvez seja preciso fazer ajustes para aumentar a capacidade em termos de conhecimentos e experiência.** Por exemplo, uma elevada taxa de acidentes durante a implementação do projeto relacionados à segurança ocupacional pode exigir um perito em saúde e segurança para avaliar os acidentes e formular um plano de ação apropriado e monitorizar sua implementação.

## Etapa 5: Relato e transparência

### Documentação das constatações e resultados

**Os resultados da MPT são documentados e registrados, juntamente com as evidências que apoiam as constatações e resultados das atividades.** Quando for o caso, serão feitas recomendações para propor atualizações dos compromissos ou ações, como o aumento ou redução do nível de monitorização (por exemplo, uma monitorização mais intensiva pode ser necessária em determinadas fases da implementação do projeto, tais como durante a construção).

### Transparência e confidencialidade

**O mutuário é responsável pela transparência com relação às informações do projeto. Além disso, o Banco tem seus próprios requisitos quanto à divulgação de informações dos projetos.** Os TR do monitor independente encarregado do trabalho de monitorização devem estabelecer claramente essas funções e responsabilidades. O monitor apresentará relatórios sobre o trabalho diretamente ao mutuário e ao Banco, e não divulgará informações a outras partes, salvo quando isso estiver previsto especificamente no contrato. Os requisitos de transparência e confidencialidade devem ser especificados no contrato. O Banco deve discutir com o mutuário os benefícios de aumentar a transparência e a necessidade de fornecer informações às partes interessadas, em conformidade com a NAS 10 e o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas do projeto, a ser divulgado publicamente.



### 3. Quando o Banco contrata a MPT diretamente para a supervisão inteligente

#### As atividades de MPT do banco

*De acordo com o trabalho realizado pelo Grupo FCV, até 2018, o Banco havia suscitado 16 contratos (ativos e já encerrados) de MPT em sete países afetados por FCV (Afeganistão, Camarões, Iêmen, Iraque,*

#### Quadro 4: MPT em uma zona de conflito ativa

O projeto Facilitação do Comércio e Transporte da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) é uma operação regional de US\$ 655 milhões voltada para a melhoria das condições de transporte ao longo dos corredores Douala-N'Djamena e Douala-Bangui. Desde o início de 2015, a porção norte de Camarões — a região mais pobre do país — tem sido uma zona de conflito ativa. Em dois anos e meio, o Boko Haram sequestrou cerca de 1000 pessoas e matou pelo menos 1300 civis e 120 soldados. As obras de reabilitação num trecho de estrada crucial de 205 km (Mora-Dabanga-Kousseri), a cargo de duas empreiteiras chinesas, foram suspensas em 2014 e encerradas em 2016 após o sequestro de trabalhadores chineses pelo Boko Haram.

O governo propôs que as obras fossem concluídas pelo Corpo de Engenheiros do Exército — uma entidade militar de alta capacidade, dentro de uma abordagem baseada em resultados. O Banco aceitou, e a reestruturação foi aprovada pelo Conselho de Administração do Banco em fevereiro de 2017. Uma estrutura específica de gestão de risco foi desenvolvida. O risco social é muito alto devido à presença de populações vulneráveis e alegações de violações dos direitos humanos pelos militares de Camarões. Para supervisionar o projeto, foram contratados uma experiente firma de engenharia rodoviária (Louis Berger) e uma organização não governamental local (Public Concern), uma vez que a equipe do Banco normalmente não pode viajar no local. A MPT é uma medida crucial de mitigação de riscos e trouxe qualificações específicas importantes para ajudar o Banco a supervisionar o projeto:

- Bons conhecimentos do setor rodoviário e das dimensões fiduciárias associadas ao inovador sistema proposto de empreitada baseado em resultados;
- Capacidade para monitorizar de perto os elevados riscos sociais (por exemplo, possíveis abusos cometidos pelos militares de Camarões), por meio do envolvimento ativo com as comunidades locais;
- Profundo entendimento da complicada economia política de Camarões e da capacidade para conectar-se e transmitir mensagens para as entidades civis e militares do país;
- Capacidade comprovada para operar em situações de conflito e ampla experiência no estabelecimento dos mecanismos de segurança corretos para os funcionários e subcontratados;
- Conhecimento das políticas operacionais e exigências em termos de prestação de contas do Banco;
- A MPT está em operação desde julho de 2017 e desde então tem apresentado relatórios mensais detalhados ao Banco sobre o progresso, a percepção da comunidade e a segurança.

**Paquistão, Somália, Sudão do Sul), totalizando US\$ 51,5 milhões.** Esses contratos tinham objetivos diversos que se enquadravam em três categorias: a) executar a supervisão fiduciária; b) controlar a qualidade da infraestrutura e c) monitorizar os riscos sociais e ambientais, sobretudo a violência de gênero. Nesses casos, os contratos são com o Banco e o dever de cuidado cabe a este.

**Cumpra notar que a contratação direta de MPT pelo Banco difere da situação em que se exige que o mutuário use a MPT para complementar ou verificar suas atividades de monitorização no âmbito do QAS.** Quando o Banco opta por contratar a MPT diretamente, o objetivo é complementar a sua capacidade para monitorizar projetos em situações em que o projeto pode ser de difícil acesso e permitir ao Banco executar suas tarefas de supervisão.

Isso pode ser útil em situações de FCV ou onde o acesso a uma área do projeto é limitado por outras razões (ver um exemplo no Quadro 4). Nessas situações, a MPT permite que as equipes do Banco possam “ver e ouvir” o que ocorre em campo, por exemplo, durante um conflito ativo, e voltem a se envolver rapidamente em ambientes pós-conflito, onde o acesso do pessoal do Banco continua altamente restrito.<sup>8</sup> O Quadro 5 descreve a MPT de um projeto em que os desafios de segurança foram combinados com a capacidade limitada do mutuário para fazer a supervisão fiduciária.

### Capacidade ou qualificações específicas necessárias

**O Banco também pode optar por contratar a MPT nos casos em que a capacidade do mutuário para implementar e monitorizar é limitada ou quando é necessário um conjunto de qualificações muito específicas que o Banco não pode oferecer.** O Quadro 5 apresenta um exemplo de MPT na forma de um

#### Quadro 5. MPT pela OIT no Uzbequistão, 2015-2016

Após alegações de trabalho infantil e trabalho forçado relacionadas à produção de algodão no Uzbequistão em 2013 e considerando os vínculos com projetos do Banco Mundial, o Banco fez uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que ela fizesse a monitorização por terceiros (MPT).

A OIT monitorizou locais associados a quatro projetos do Banco Mundial (Melhoria do Ensino Pré-primário e Médio Geral (GPE), Segunda Fase do Projeto de Apoio às Empresas Rurais (RESP II, com financiamento adicional para o RESP II), Projeto de Desenvolvimento da Horticultura (HDP) e Projeto de Melhoria dos Recursos Hídricos do Caracalpaquistão Sul (SKWRIP)).

A monitorização abrangeu visitas a mais de 350 locais conectados aos projetos (aproximadamente 6% dos locais do projeto). O trabalho fez parte de um memorando de entendimento de 2014 e foi executado em 2015 e 2016. A metodologia e o âmbito do estudo, assim como os resultados e progressos obtidos estão no relatório publicado:

[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---ipec/documents/publication/wcms\\_543130.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_543130.pdf)

<sup>8</sup> A monitorização por terceiros em situações de fragilidade, conflito e violência será discutida em detalhe pelo Grupo FCV em uma obra a ser publicada em breve.

memorando de entendimento, em que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi contratada para ser o monitor independente com relação ao trabalho infantil.

## Coordenação

***Quando o Banco contrata a MPT diretamente, a equipe do projeto deve esclarecer o que outros órgãos e organizações estão fazendo na área do projeto para verificar onde as parcerias podem ser uma maneira eficiente de monitorizar questões específicas.*** É importante trabalhar com o mutuário para permitir que ele ofereça à MPT acesso a todas as informações pertinentes e aos locais e atividades relacionados ao projeto, para que cumpra com êxito a função de monitorização. Quando o Banco contrata a MPT diretamente, os requisitos institucionais do Banco relacionados a compras precisam ser satisfeitos.

## Financiamento quando a MPT é feita em nome e por conta do Banco

**Quando a MPT é feita em nome do Banco, o financiamento para tal finalidade não pode advir dos recursos do projeto, mas deve ser obtido por meio de financiamento na forma de doações ou de outras fontes.** Nos contextos de FCV, o custo da supervisão da MPT, onde o Banco tem acesso restrito, é extremamente alto e chega a mais de US\$ 2 milhões por contrato. O tempo gasto para estruturar, implementar e acompanhar a MPT também exige muitos recursos.

#### **Quadro 6: MPT do Fundo Fiduciário para a Reconstrução do Afeganistão (ARTF)**

“O Banco Mundial contratou a International Relief and Development (IRD), uma OSC dos EUA, para fazer a monitorização independente do Fundo Fiduciário para a Reconstrução do Afeganistão (ARTF). Devido aos desafios em termos de segurança e à corrupção generalizada no país, o Banco Mundial queria um mecanismo de monitorização que relatasse de maneira confiável a construção de infraestrutura ao nível das aldeias em áreas de difícil acesso. Os engenheiros de campo do IRD estão equipados com smartphones com aplicativos de coleta de dados desenvolvidos pelo IRD para cada tipo de projeto do ARTF, como prédios, estradas, pontes e canais. Os aplicativos de pesquisa de cada projeto também cobrem questões sociais e ambientais.

Os aplicativos também permitem que os engenheiros de campo registrem observações, entrevistas e informações sobre os projetos, que podem depois ser traduzidas conforme necessário. No local, os engenheiros de campo usam smartphones e o aplicativo para coletar os dados necessários, além de tirar fotos georreferenciadas.

No final, os dados são transferidos por meio de uma rede de dados móvel ou da Internet para um sistema de processamento de dados on-line; lá, verificam-se a exatidão e a completude dos dados antes de eles serem carregados no banco de dados do ARTF.

O catálogo de projetos on-line contém documentos de apoio, como relatórios de inspeção, desenhos, fotos, etc. Isso oferece um banco de dados abrangente sobre a implementação e o desempenho dos projetos.”

*Fonte: “How-to-Notes: Participatory and Third Party Monitoring in World Bank Financed Projects: What Can Non-State Actors Do?” [Notas de orientação: Monitorização participativa e por terceiros em projetos financiados pelo Banco Mundial: O que os agentes não estatais podem fazer?]. Departamento de Desenvolvimento Social do Banco Mundial, 2013.*

**Por último, é importante observar que a MPT contratada com o objetivo de melhorar a capacidade do mutuário de monitorizar o cumprimento das salvaguardas ou gerar dados de monitorização e avaliação não substitui a supervisão do Banco.**

## ANEXO 1: Recursos

- [“CDD Toolkit, Governance and Accountability Dimensions, Monitoring and Feedback”](#) [Kit de ferramentas para o DIC, Dimensões da governança e responsabilidade, Monitorização e feedback], Banco Mundial, Washington, DC.
- [“CDD Toolkit, Governance and Accountability Dimensions, External level tools”](#) (including third-parties), Banco Mundial, Washington, DC.
- [“Combining Quantitative and Qualitative Methods for Program Monitoring and Evaluation”](#) PREM Notes, Number 9, Banco Mundial, Washington, DC, 2009.
- [“External monitoring of the Chad-Cameroon pipeline projects”](#) [Monitorização externo do projeto do oleoduto Chade-Camarões], Corporação Financeira Internacional, Washington, DC, setembro de 2006.
- Grupo FCV. No prelo. *“Approaches to Smart Supervision in Insecure Environments: Third Party Monitoring and Beyond.”* Draft Operational Note [Abordagens para a supervisão inteligente em ambientes inseguros: monitorização de terceiros e além. Projeto de nota operacional]. Banco Mundial, Washington, DC.
- [“Handbook on Planning, Monitoring and Evaluating for Development Results”](#) [Manual de planeamento, monitorização e avaliação dos resultados do desenvolvimento], Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas, 2011.
- [“How to Build M&E Systems to Support Better Government”](#), Report [Como construir sistemas de M&A para apoiar um governo melhor”, Relatório], Grupo de Avaliação Independente, Banco Mundial, Washington, DC, 2007.
- [“How-to-Notes: Participatory and Third Party Monitoring in World Bank Financed Projects: What Can Non-State Actors Do?”](#) [Notas de orientação: Monitorização participativo e por terceiros em projetos financiados pelo Banco Mundial: O que os agentes não estatais podem fazer?]. Departamento de Desenvolvimento Social, Banco Mundial, Washington, DC, 2013.
- [“Independent Evaluation: Principles, Guidelines And Good Practice”](#) [Avaliação independente: Princípios, diretrizes e boas práticas], Banco Mundial, Washington, DC, 2003.
- Organização Internacional do Trabalho. 2016. *“Third-party monitoring of measures against child labour and forced labour during the 2016 cotton harvest in Uzbekistan”* [Monitorização por terceiros de medidas contra o trabalho infantil e o trabalho forçado durante a colheita de algodão de 2016 no Uzbequistão]. Organização Internacional do Trabalho, Genebra. [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---ipec/documents/publication/wcms\\_543130.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_543130.pdf).
- [“Peru LNG: A focus on continuous improvement, Lessons of Experience”](#) [Peru LNG: Foco na melhoria contínua, Lições da experiência], Corporação Financeira Internacional, Washington, DC, março de 2013.
- “Strategic framework for mainstreaming citizen engagement in World Bank Group operations: engaging with citizens for improved results.”* Working Paper, Number 92957 [Quadro estratégico para a integração do envolvimento dos cidadãos nas operações do Grupo Banco Mundial: Envolvimento com os cidadãos para melhores resultados. Documento de Trabalho, Número 92957]. Banco Mundial, Washington, DC, 2014.
- <http://documents.worldbank.org/curated/en/266371468124780089/Strategic-framework-for-mainstreaming-citizen-engagement-in-World-Bank-Group-operations-engaging-with-citizens-for-improved-results>.

[“Ten Steps to a Results-Based Monitoring and Evaluation System”](#) [Dez passos para um sistema de monitorização e avaliação baseado em resultados], Banco Mundial, Washington, DC, 2004.

[“Terms of Reference for Third Party Monitoring of the Chad Cameroon Pipeline”](#) [Termos de referência para o monitorização por terceiros do oleoduto Chade Camarões], Banco Mundial, 2000.

[“The Baku-Tbilisi-Ceyhan \(BTC\) pipeline project, Lessons of Experience”](#) [Projeto do oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), Lições da experiência], Corporação Financeira Internacional, Washington, DC, 2006.

[“Third party monitoring guidelines”](#) [Diretrizes para o monitorização por terceiros], Programa Mundial de Alimentos, Roma, 2014.

[“Third Party Monitoring Programme for the Afghanistan Reconstruction Trust Fund: A Review”](#) [Programa de monitorização por terceiros para o Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão: Uma avaliação], Banco Mundial, 2014.

[http://www.artf.af/images/uploads/ARTF\\_Supervisory\\_Agent\\_Review\\_FINAL\\_March\\_2014.pdf](http://www.artf.af/images/uploads/ARTF_Supervisory_Agent_Review_FINAL_March_2014.pdf).

**Nota: Links consultados em maio de 2018.**<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Muitos recursos podem ser úteis ao tratar a aplicação do QAS. A lista de recursos apresentada aqui não é exaustiva e não representa necessariamente as opiniões do Banco Mundial.

## ANEXO 2: Modelo de TR para MPT

### A. Objetivos

Uma seção introdutória deve apresentar de forma sucinta o projeto, as metas e objetivos da monitorização e como ele se enquadra no esquema geral de implementação.

### B. Tarefas divididas na fase principal do projeto, de acordo com a localização ou segundo o tipo de atividade

Esta seção deve apresentar uma descrição geral do programa de monitorização e anexar os PCAS/PGAS detalhados, bem como o Plano de Ação de Reassentamento, o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas ou outros documentos pertinentes. O mutuário deve destacar os incidentes, acidentes, eventos e mudanças específicos no projeto ou no cronograma do projeto que precisem ser levados em consideração. Deve-se fornecer um link para os documentos ambientais e sociais, quando disponíveis em um site, para que o monitor em vista possa entender a complexidade do trabalho.

- Planejamento das visitas de monitorização: apresente os parâmetros propostos (cronograma, reuniões propostas, locais, logísticas complexas de viagem, etc.);
- Lista de documentos iniciais a serem examinados e dados a serem disponibilizados;
- Cronograma: Para viagens de monitorização únicas, período preferido e duração da visita. Para tarefas de monitorização mais longas com várias viagens: período preferido para a primeira visita, estimativa da frequência das visitas durante cada fase (por exemplo, visitas trimestrais durante a construção, visitas anuais durante a operação, frequência maior durante fases sensíveis...), duração prevista de cada visita. Previsão das reuniões inicial e de encerramento para o mutuário/a Unidade de Implementação do Projeto, conforme o caso;
- Âmbito das discussões com as partes interessadas: apresente algum contexto, locais das comunidades a serem visitadas (se o projeto for de grande escala, números sugeridos e locais a serem confirmados pelo monitor selecionado) e antecedentes sobre as principais questões e impactos que podem vir a ser levantados (o que pode influenciar qual especialista é o mais adequado para cumprir a tarefa);
- Metodologias a serem usadas, ou solicitar ao perito ou à empresa de monitorização que proponha a metodologia;
- Requisitos tecnológicos e especificações sobre o formato e conteúdo dos produtos/resultados necessários no relatório de monitorização, para que o mutuário possa acessar e analisar as informações para seu próprio uso e/ou prestação de contas.

### C. Prestação de contas/produtos e resultados

Esclareça o foco/propósito dos relatórios, como as constatações devem ser apresentadas e classificadas e como as conclusões e recomendações devem ser apresentadas. Proponha alterações no PCAS, conforme o caso; atualizações do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, etc. Os relatórios devem ser enviados ao mutuário e ao Banco ao mesmo tempo para que sejam feitos comentários sobre imprecisões factuais. Isso permite que o Banco veja as recomendações iniciais e independentes. Para assegurar a independência e a credibilidade, as conclusões e recomendações baseadas em evidências do monitor independente devem ser mantidas, salvo quando houver imprecisões factuais em que se baseiem as conclusões e recomendações. Os comentários sobre o relatório feitos pelo mutuário ao monitor devem ser apresentados ao Banco. Em projetos polêmicos

ou complexos, o relatório preliminar pode ser compartilhado com o público para que se tenha a máxima transparência e se aumente a confiança. Deve-se esclarecer o idioma previsto dos relatórios e do público-alvo.

#### **D. Qualificações**

Os TR devem relacionar o seguinte:

- Especialização e conhecimentos necessários: número mínimo ou faixa de peritos e áreas de especialidade necessárias, dependendo das questões no âmbito acordado. Por exemplo: gestão de projetos e especialistas em questões ambientais ou sociais, povos indígenas, saúde pública, biodiversidade, reassentamento, saúde e segurança, trabalho, comunicações e envolvimento das partes interessadas, e capacitação;
- Nível previsto de conhecimento e experiência, como tipos de formação ou certificação (por exemplo, meio ambiente, área social, engenharia) e combinação aceitável de formação e anos de experiência;
- Experiência e conhecimento das normas internacionais e do Banco Mundial, do contexto local, do setor do projeto, dos regulamentos pertinentes;
- Competências linguísticas necessárias e confirmação de que o contratado apoiará a configuração da logística localmente (por ex., reuniões), será claro sobre qual parte fornecerá as traduções, etc.;
- Exija o currículo de todo o pessoal-chave e a experiência e credenciais da organização. Isso é necessário para demonstrar ao Banco Mundial que os peritos e especialistas são adequados para o escopo de trabalho exigido;
- Uma vez que um monitor seja aceito, o pessoal não deve ser substituído sem permissão e, caso isso ocorra, o substituto deve ter experiência equivalente.

#### **E. Critérios e independência**

Por exemplo, a) a inexistência de contratos em vigor com contratantes do mutuário no âmbito do projeto e b) nenhuma participação em fases anteriores do projeto ou na concepção de programas ambientais ou sociais associados ao projeto. Quanto mais complexo e polêmico o projeto, mais rigorosos os critérios e maior a independência necessária.

#### **F. Duração do contrato e compromisso mínimo**

A duração mínima e/ou máxima prevista para o contrato, conforme o caso, e compromisso mínimo esperado do encarregado da monitorização por terceiros.

#### **G. Custos excluídos**

Apoio logístico, viagens e acomodação a serem proporcionados pelo mutuário e que não devem ser incluídos no orçamento.

#### **H. Divulgação de conflitos de Interesses**

Todo acordo, passado ou atual, que impeça o terceiro de prestar assessoria independente ao mutuário e ao projeto.

#### **I. Confidencialidade e informações proprietárias**



Todo acordo específico que preveja que relatórios e outros produtos sejam confidenciais ou de propriedade do mutuário.

**J. Formato da proposta**

Os TR devem indicar como deve ser feito o orçamento dos custos da execução do trabalho de monitorização: por tarefas, subtarefas, número esperado de pessoas e preço diário e/ou valor fixo. Se as tarefas não estiverem definidas plenamente nos TR, esclareça como o orçamento deve abordá-las.